

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

InterCement Brasil S.A. e Controladas

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
InterCement Brasil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Análise de recuperabilidade ágio

Em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa 12, a Companhia possui registrado ágio, gerado em combinações de negócios ocorridas em anos anteriores, no montante de R\$301.312 mil, na controladora e no consolidado, representando respectivamente 7,9% e 7,8% do total do ativo, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela Administração. A metodologia e modelagem utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela Administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e risco país.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dado à utilização de informações de mercado e elevado grau de julgamento exercido pela Administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela Administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do referido ágio. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela Administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 12 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 12, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Cláusulas restritivas incidentes sobre debêntures - “covenants”

Em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa 16, a Companhia possui registrado contratos de debêntures no montante de R\$1.691.032 mil, na controladora e no consolidado, sendo R\$940.656 mil classificados no passivo não circulante, representando, respectivamente, 44,5% e 43,6% do total do passivo naquela data. Essas debêntures estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais (“covenants”), as quais são calculadas por meio de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da holding do Grupo InterCement (InterCement Participações S.A.), que avaliza a transação. O descumprimento desses “covenants” poderia resultar na declaração de vencimento antecipado dessas debêntures e de outros empréstimos e financiamentos, por consequência, o que obrigaria a Companhia a pagar imediatamente os respectivos valores em aberto na data de eventual decretação, impactando de forma significativa sua posição patrimonial e financeira, motivo pelo qual consideramos o cumprimento dessas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais (“covenants”) dessas debêntures, incluindo os adendos com modificações de certas cláusulas restritivas, renegociadas durante o mês de dezembro de 2019; (ii) análise e revisão do cálculo dos indicadores desses “covenants” efetuado pela Administração, e; (iii) avaliação de informações disponibilizadas pelo agente fiduciário dessas debêntures, bem como dos eventos subsequentes, que incluem os documentos sobre negociações da reestruturação das dívidas, conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 33. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 16 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para a análise de cumprimento dos “covenants”, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Em 31 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa 23, a Companhia possui registrado impostos diferidos ativos nos montantes de R\$69.045 mil, na controladora e no consolidado, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado internamente pela administração, sobre a geração de lucros tributáveis futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor dos impostos diferidos ativos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente. Analisamos e avaliamos as premissas e metodologia usadas pela Administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos e matemáticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados da Companhia. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para determinação do limite considerável passível de realização.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos impostos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos impostos diferidos ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 2.26, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 4 de abril de 2019. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa 2.26 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre essas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

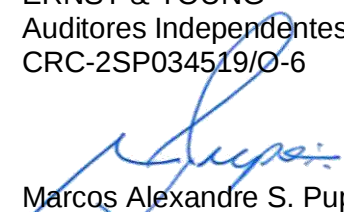
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	342.011	170.129	204.897	379.881	181.088	210.187
Títulos e valores mobiliários	5	1.000	-	118.562	1.000	-	118.562
Contas a receber de clientes	6	43.783	40.172	36.020	43.631	39.654	35.594
Estoques	7	289.990	434.788	457.293	267.839	404.397	434.078
Impostos a recuperar	8	70.881	61.493	56.257	71.849	62.415	57.382
Outros créditos		44.066	64.101	32.461	43.279	64.667	33.309
Total do ativo circulante		791.731	770.683	905.490	807.479	752.221	889.112
Ativo não circulante							
Títulos e valores mobiliários	5	4.550	4.550	4.671	5.753	5.935	8.151
Contas a receber de clientes	6	1.877	2.890	4.155	1.877	2.890	4.155
Partes relacionadas	21	26.100	4.300	5.850	26.200	4.400	5.950
Estoques	7	138.359	69.296	40.288	138.359	69.296	40.288
Impostos a recuperar	8	127.490	264.350	9.671	127.490	264.350	9.671
Depósitos judiciais		70.826	73.897	72.613	70.968	74.022	72.728
Instrumentos financeiros derivativos	31	16.612	14.926	26.555	16.612	14.926	26.555
Outros créditos		60.030	32.306	36.494	61.183	33.346	38.675
Propriedade para Investimentos	10	4.782	17.901	28.099	4.782	17.901	28.099
Investimentos:					-	-	-
Em controladas	9	251.908	296.589	259.535	-	-	-
Outros	9	-	-	265	8	8	8
Imobilizado	11	1.626.672	1.632.856	1.876.365	1.905.068	1.963.416	2.221.686
Direito de Uso em Arrendamentos	13.1	201.334	-	-	201.425	-	-
Intangível:					-	-	-
Ágio	12	301.312	301.312	301.312	301.312	301.312	301.312
Outros intangíveis	12	179.335	192.482	144.405	210.895	221.628	172.682
Total do ativo não circulante		3.011.187	2.907.655	2.810.278	3.071.932	2.973.430	2.929.960
Total do ativo		3.802.918	3.678.338	3.715.768	3.879.411	3.725.651	3.819.072

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido							
Passivo circulante							
Fornecedores	14	299.392	447.618	318.057	284.943	400.039	282.498
Debêntures	16	719.975	469.743	419.482	719.975	469.743	419.482
Empréstimos e financiamentos	15	13.883	13.719	328.305	13.883	13.719	333.967
Juros a pagar	15 e 16	33.117	65.662	92.573	33.117	65.662	92.595
Impostos e obrigações a pagar	17	138.248	154.382	95.421	141.506	160.091	99.382
Salários e encargos sociais		45.206	49.265	52.146	45.343	49.401	52.281
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	128.550	-	-	143.180
Adiantamentos de clientes		8.629	6.953	8.523	8.599	6.827	8.530
Partes relacionadas	21	46.890	54.910	437.274	46.890	54.910	437.274
Passivos de Arrendamento	13.2	112.247	-	-	112.275	-	-
Outras obrigações		39.092	33.434	31.275	39.015	33.546	29.462
Total do passivo circulante		1.456.679	1.295.686	1.911.606	1.445.546	1.253.938	1.898.651
Passivo não circulante							
Debêntures	16	940.656	1.410.631	1.680.269	940.656	1.410.631	1.680.269
Empréstimos e financiamentos	15	251.888	263.873	75.675	251.888	263.873	75.675
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	19.845	30.585	44.604	20.479	31.280	45.312
Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos	19	29.227	27.616	63.608	29.227	27.616	63.608
Impostos e obrigações a pagar	17	26.096	15.576	18.134	26.096	15.576	18.134
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	161.106	160.404	159.132	161.106	160.404	159.132
Passivos de Arrendamento	13.2	124.219	-	-	124.282	-	-
Instrumentos Financeiros	31	-	1.346	-	-	1.346	-
Outras obrigações		86.239	99.891	33.218	113.484	127.363	60.907
Total do passivo não circulante		1.639.276	2.009.922	2.074.640	1.667.218	2.038.089	2.103.037
Patrimônio líquido							
Capital social	22	2.865.528	1.965.528	786.644	2.865.528	1.965.528	786.644
Reserva de lucros		-	748.450	639.358	-	748.450	639.358
Reservas de incentivos fiscais		117.619	117.619	117.619	117.619	117.619	117.619
Ajustes de avaliação patrimonial		92	92	92	92	92	92
Prejuízos acumulados		(2.276.276)	(2.458.959)	(1.814.191)	(2.276.276)	(2.458.959)	(1.814.191)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		706.963	372.730	(270.478)	706.963	372.730	(270.478)
Participação não controladores		-	-	-	59.684	60.894	87.862
Total do patrimônio líquido		706.963	372.730	(270.478)	766.647	433.624	(182.616)
Total do passivo e patrimônio líquido							
		3.802.918	3.678.338	3.715.768	3.879.411	3.725.651	3.819.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação, em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	2018	31/12/2019	2018
		(reapresentado)		(reapresentado)	
Receita líquida	24	1.905.624	1.819.492	1.893.597	1.806.582
Custo das vendas e dos serviços	25	(1.997.344)	(2.041.455)	(1.885.865)	(1.932.923)
Lucro (prejuízo) bruto		(91.720)	(221.963)	7.732	(126.341)
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	25	(196.068)	(184.842)	(202.722)	(191.105)
Equivalência patrimonial	9	11.645	44.463	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	(539)	2.020	(1.520)	2.031
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(276.682)	(360.322)	(196.510)	(315.415)
Resultado financeiro					
Variação cambial	26	(5.019)	(97.768)	(5.019)	(97.896)
Receitas financeiras	26	53.211	131.789	54.527	132.892
Despesas financeiras	26	(343.147)	(269.302)	(346.176)	(274.434)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(571.637)	(595.603)	(493.178)	(554.853)
Imposto de renda e contribuição social	23	5.870	(49.165)	109	(54.666)
Prejuízo do exercício		(565.767)	(644.768)	(493.069)	(609.519)
Prejuízo atribuído a					
Participação controladora		(565.767)	(644.768)	(565.767)	(644.768)
Participação não controladores		-	-	72.698	35.249
Prejuízo por ação				-	
Básico/diluído por ação ON - R\$	28	(0,30)	(0,75)	(0,30)	(0,75)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	(565.767)	(644.768)	(493.069)	(609.519)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(565.767)	(644.768)	(493.069)	(609.519)
Resultado abrangente atribuível a				
Participação controladora	(565.767)	(644.768)	(565.767)	(644.768)
Participação não controladores	-	-	72.698	35.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros Transações com acionistas	Reservas de Incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		786.644	639.358	117.619	92	(1.807.622)	(263.909)	91.462	(172.447)
Ajustes de anos anteriores	2.24	-	-	-	-	(6.569)	(6.569)	(3.600)	(10.169)
Saldo em 1º de janeiro de 2018(reapresentado)		786.644	639.358	117.619	92	(1.814.191)	(270.478)	87.862	(182.616)
Prejuízo do exercício						(644.768)	(644.768)	35.249	(609.519)
Aumento de capital	22.(b)	1.178.884	-	-	-	-	1.178.884	-	1.178.884
Dividendos pagos	22	-	-	-	-	-	-	(68.302)	(68.302)
Ganhos com alienação de participação em controlada	22.(c)	-	29.403	-	-	-	29.403	1.676	31.079
Ganhos com transações com acionistas	22.(d)	-	84.098	-	-	-	84.098	-	84.098
Perda na variação de participação	9	-	(4.409)	-	-	-	(4.409)	4.409	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		1.965.528	748.450	117.619	92	(2.458.959)	372.730	60.894	433.624
Absorção de prejuízos acumulados		-	(748.450)	-	-	748.450	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(565.767)	(565.767)	72.698	(493.069)
Aumento de capital	22.(a)	900.000	-	-	-	-	900.000	-	900.000
Dividendos pagos	22	-	-	-	-	-	-	(73.908)	(73.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.865.528	-	117.619	92	(2.276.276)	706.963	59.684	766.647

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (Em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	(reapresentado)		(reapresentado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(571.637)	(595.603)	(493.178)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				(554.853)
Depreciação, amortização e exaustão	11 e 12	234.936	220.646	258.076
Amortização direito de uso em arrendamentos	13.1	69.535	-	244.777
Resultado de equivalência patrimonial	9	(11.645)	(44.463)	-
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas		(11.504)	36.321	-
Recuperação de impostos	25	7.100	(134.642)	36.472
Provisão para perdas estoques	7	22.810	61.182	7.100
Juros, encargos provisionados e variações cambiais		261.131	199.197	(134.642)
Ganho na venda de ativo imobilizado	25	(41.199)	(25.648)	61.182
Baixa de ativo imobilizado	25	92.140	12.915	199.424
Ajuste ao valor recuperável	25	(39.863)	154.296	(25.648)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				12937
Partes relacionadas		(10.200)	(62.631)	(39.863)
Contas a receber de clientes		(2.576)	(14.608)	154.296
Estoques		42.491	(68.720)	-
Impostos a recuperar		59.898	(5.495)	(5.160)
Outros créditos		(9.144)	2.101	(2.942)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				(54.581)
Partes relacionadas		(126.587)	130.640	(2.942)
Fornecedores		15.618	(18.917)	(14.455)
Salários e férias a pagar		(3.582)	(2.671)	(68.853)
Outras obrigações e contas a pagar		(15.655)	46.208	(5.292)
Contingências	18 e 19	(11.997)	(6.689)	3.047
Impostos e obrigações a pagar		(113)	(14.730)	-
		(50.043)	(131.311)	117.711
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	15.967
Dividendos recebidos	9	18.476	-	(18.815)
Juros pagos		(168.645)	(192.130)	(3.584)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(200.212)	(323.441)	(19.904)
			(86.005)	47.548
			(6.027)	(6.689)
				(12.103)
				(21.217)
				(6.390)
				-
				(192.321)
				(219.928)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas		(1.025)	118.561	(1.053)
Aquisição de imobilizado	11	(194.109)	(156.216)	(195.483)
Adições ao intangível	12	(19.937)	(11.994)	(29.264)
Aumento do investimento	9	-	(200)	-
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		13.559	5.845	13.559
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(201.512)	(44.004)	(212.241)
				(53.112)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	22	900.000	62.629	900.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		(234.323)	(349.065)	(234.323)
Recebimento pela venda de investimento		-	49.136	-
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas		-	550	-
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos		-	-	550
Partes relacionadas		(11.324)	560.824	(73.869)
Contraprestação de arrendamentos	13.2	(80.728)	-	(11.324)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		573.625	324.074	(80.764)
				-
				235.331
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		171.901	(43.371)	198.812
				(37.709)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa		(19)	8.603	(19)
				8.603
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		170.129	204.897	181.088
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		342.011	170.129	379.881
				181.088

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A InterCement Brasil S.A. (“Companhia” ou “Grupo InterCement Brasil”) está domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladora final a InterCement Participações S.A., através da Cauê Áustria Holding GmbH e a Intercement Trading e Inversiones S.A., cujas participações no seu capital são de 56,78% e 43,22%, respectivamente.

O Grupo InterCement Brasil possui 16 fábricas de cimento, 27 usinas de concreto e 02 unidades de agregados, todas localizadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia possui participações societárias em geradoras de energia elétrica na modalidade de autoprodutor.

Em função de prejuízos operacionais recentes, desde o final de 2017, a Administração da Companhia e seus controladores efetuaram várias ações para reforçar o caixa e patrimônio líquido da Companhia. Houve aumento de capital das controladoras durante o exercício de 2019 e 2018, nos montantes de R\$900.000 e R\$1.178.884, respectivamente.

Apesar destes aumentos de capital pelos acionistas controladores, em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da controladora apresentam capital circulante líquido negativo de R\$664.947 (R\$602.309 líquido dos saldos de partes relacionadas) e R\$638.067 no consolidado (R\$584.346 líquido dos saldos de partes relacionadas), que inclui vencimento de parcela no curto-prazo das debentures, empréstimos e financiamentos, e juros a pagar, no montante total de R\$766.975 na controladora e no consolidado.

Para gestão de seu capital circulante líquido e continuidade de seus investimentos sem a dependência dos acionistas controladores, por meio do acionista controlador InterCement Participações S.A., a Companhia tem discussões em andamento com os seus principais credores, para o refinanciamento de R\$1.700.000 de dívidas da Companhia, dentre outras dívidas do Grupo, com amortizações de R\$667.000 e R\$483.000 em 2020 e 2021, respectivamente, e R\$550.000 nos anos seguintes. Quando essas negociações forem concluídas, é esperado uma extensão de 3 anos nas amortizações originalmente contratadas, e um incremento na taxa de juros.

As negociações são parte do plano de desalavancagem em andamento, e é esperada a conclusão dentro do primeiro semestre de 2020. A aprovação desta iniciativa permitirá que a Companhia tenha tempo para superar o atual cenário, e também equilibrar sua estrutura de capital em níveis sustentáveis. Assim o capital de giro será fortalecido pela postergação de dívidas de curto prazo para o longo prazo.

Dessa forma, a Companhia e seus controladores entendem que há recursos financeiros necessários para a continuidade de suas operações.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As participações em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operações em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial, com exceção da controlada Cauê Finance, que é considerada uma extensão da Companhia e consolidada nas demonstrações financeiras individuais, de acordo com a IAS 21 (CPC 02).

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

Consolidação

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2019		2018	
	Participação - %		Participação - %	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<u>Controladas</u>				
Barra Grande Participações S.A. (b)	80,07	-	80,07	-
Cauê Finance Limited(d)	-	-	100,00	-
CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda. (e)	-	-	100,00	-
Comican - Companhia de Mineração Candiota	48,00	-	48,00	-
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	100,00	-	100,00	-
Estreito Participações S.A. (c)	80,82	-	80,82	-
Machadinho Participações S.A. (a)	80,15	-	80,15	-
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	100,00	-	100,00	-
<u>Operação em conjunto</u>				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	9,00	-	9,00
<u>Consórcios</u>				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	-	4,44	-	4,44
Consórcio Machadinho	-	5,28	-	5,28

- (a) Em 6 de setembro de 2018, a Companhia realizou a conversão de 365.650 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal em 365.650 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal da sua controlada Machadinho.

Em 9 de outubro de 2018, a Companhia alienou 365.650 ações preferenciais da sua controlada Machadinho, equivalente a 1,15% de participação acionária, pelo montante de R\$23.210, ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho líquido de R\$13.953, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Machadinho Participações possui, 31.795.658 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 25.484.220 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 6.311.438 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto.

- (b) Em 21 de agosto de 2018, a Companhia realizou a conversão de 653.405 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal em 653.405 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal da sua controlada Barra Grande Participações.

Em 09 de outubro de 2018, a Companhia alienou 653.405 ações preferenciais da sua controlada Barra Grande Participações, equivalente a 1,02% de participação acionária, pelo montante de R\$25.927, ao acionista minoritário. A operação gerou um ganho líquido de R\$15.450, já deduzido do imposto de renda e da contribuição social, registrado no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Barra Grande Participações possui, 64.129.456 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 51.438.455 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 12.781.001 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

Consolidação--Continuação

- (c) Em 31 de dezembro de 2018, foi aprovado o aumento de capital social na controlada Estreito Participações, no montante de R\$23.187, com emissão de 200.000 ações ordinárias, o preço de emissão foi alocado da seguinte forma: R\$208 destinado à formação de capital social e R\$22.979 destinado à conta de reserva de capital.
- Em 31 de dezembro de 2019, a controlada Estreito Participações possui, 181.597.485 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 146.769.168 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 34.828.317 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 75% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto.
- (d) Em 5 de dezembro de 2019, foram encerradas as operações da controlada Cauê Finance. Com a dissolução foram transferidos para o caixa da Companhia R\$793.
- (e) Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia incorporou sua controlada CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda., pelo montante de R\$37.311.

Ativo

Não circulante:

Imobilizado	37.311
Total do ativo não circulante	37.311
Acervo líquido incorporado	37.311

2.4. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, na data de aquisição. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, exceto por limitadas exceções previstas na IFRS 3, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo.

O ágio é o resultado positivo da soma do valor justo da combinação de negócios, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, deduzida dos valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da operação valorizados a valor justo. Se o resultado dessas operações não resultar positivo, o valor apurado é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.4. Combinação de negócios--Continuação

As participações não controladoras, que correspondam a participações atuais e confirmem a seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade, no caso de liquidação, poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras, nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outras IFRSs e pronunciamentos contábeis ("CPCs").

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no fim de cada exercício no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (conforme mencionado anteriormente) ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais e demonstrado como um ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição é imediatamente reconhecido no resultado.

2.5. Participações em operações em conjunto ("*joint operation*")

Uma operação em conjunto é um acordo através do qual as partes detêm controle conjunto dos direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado em relação as decisões sobre as atividades relevantes e requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Quando uma entidade realiza atividades de operações em conjunto, o operador em conjunto reconhece os ativos, passivos, receitas e despesas em relação a sua participação.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.5. Participações em operações em conjunto (“*joint operation*”)--Continuação

Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto não relacionada à Companhia.

2.6. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se beneficiam das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

2.7. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas:

- Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.7. Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita--Continuação

- Identificação das obrigações de desempenho contratadas.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço às obrigações de desempenho.
- Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

2.8. Propriedades para investimento

Conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimentos, as propriedades destinadas a aluguel para aferição de renda são registradas ao valor de custo, deduzidos das depreciações acumuladas e de qualquer perda por "impairment".

O valor justo das propriedades para investimento encontra-se divulgado na nota explicativa nº 10.

2.9. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.10. Transações em moeda estrangeira e moeda funcional

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.10. Transações em moeda estrangeira e moeda funcional--Continuação

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações das controladas no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim de cada exercício. Os resultados e outras transações que afetaram o patrimônio dessas operações no exterior são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são registrados na moeda funcional da investida, somente para aquisições ocorridas após a data de transição para as IFRSs. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.11. Subvenções governamentais

Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, desde que atendidas as condições da IAS 20 em consonância com o pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimento foram registradas no resultado do exercício na rubrica "Receita líquida de vendas", para o patrimônio líquido no final do exercício, quando houver lucro líquido, na rubrica "Reserva de incentivos fiscais".

As subvenções governamentais estão detalhas na nota explicativa nº 21.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.12. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção e apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos gastos necessários para realizar a venda.

A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

2.13. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em andamento representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.14. Ativos intangíveis

2.14.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.14.2. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição.

2.14.3. Ativos intangíveis gerados internamente

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.15. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida e/ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.16. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

2.17. Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativo

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o descomissionamento de fábricas.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.17. Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativo--Continuação

Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o descomissionamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística e gastos futuros com descomissionamento de fábricas, sendo reconhecidos em resultados à medida que os ativos são depreciados/amortizados.

A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões então constituídas.

Essas provisões estão reconhecidas como “Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos” no passivo. A provisão para reconstituição ambiental tem como contrapartida em seu registro inicial a rubrica de “Direitos de exploração de minas” no intangível, e a provisão para descomissionamento de ativos tem como contrapartida a rubrica de “Imobilizado - Outros”.

2.18. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”), o Consórcio Estreito Energia (“Consórcio Estreito”) e o Consórcio Machadinho (“Consórcio Machadinho”) possuem concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência dos contratos de concessão é de: (i) 35 anos para a BAESA, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001; (ii) 35 anos para o Consórcio Estreito, contados a partir da data inicial de 20 de maio de 2002; e (iii) 35 anos para o Consórcio Machadinho, contados a partir do ano de 1997.

Os contratos de concessão da BAESA e Consórcio Estreito também estabelecem que um montante seja pago pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.19. Tributação

2.19.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

2.19.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciem a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

2.20. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.20. Instrumentos financeiros--Continuação

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado.

a) *Custo amortizado*

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria as contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas.

Contas a receber

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para perda de crédito esperada, sendo esta constituída quando há indícios de perdas esperadas pela Companhia no montante a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão para perda de créditos esperada é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes*

Ativos financeiros devem ser mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, caso o objetivo do modelo de negócios seja receber os fluxos de caixa contratuais esperados e vender os ativos financeiros, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.20. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

b) *Valor justo por meio de outros resultados abrangentes--Continuação*

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

c) *Valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, além de instrumentos financeiros derivativos.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Equivalentes de caixa consistem em aplicações financeiras com vencimento em até 90 dias, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em fundo de renda fixa, fundos exclusivos e debêntures, sendo classificados em: (a) valor justo ao resultado ou (b) custo amortizado. Os títulos classificados a valor justo possuem seus efeitos reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) valor justo por meio do resultado.

a) *Passivos financeiros ao custo amortizado*

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujo os fluxos de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.20. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

a) *Passivos financeiros ao custo amortizado--Continuação*

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de debêntures, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas.

b) *Valor justo por meio do resultado*

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia apresentava classificados nesta categoria saldos de instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais

A Companhia também possui contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, sendo estes componentes classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado.

Perda por redução ao valor recuperável (“impairment”)

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.20. Instrumentos financeiros--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável (“impairment”)--Continuação

- (a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.
- (b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Em conformidade com a substituição do modelo de perdas incorridas por perdas esperadas, a Administração concluiu que a metodologia já adotada está aderente ao modelo de perdas esperadas.

A Administração da Companhia concluiu em suas análises que a adoção do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) não resultou em modificações significativas que não sejam as nomenclaturas das novas categorias de ativos e passivos financeiros e seus correspondentes reflexos nas políticas contábeis da Companhia.

2.21. Juros sobre o capital próprio

São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

2.22. Normas novas, revisadas e interpretações (IFRS)

Normas, interpretações e alterações de normas implementadas em 1º de janeiro de 2019

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir 1º de janeiro de 2019. Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresenta impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Administração efetuou a adoção dos novos pronunciamentos conforme mencionado abaixo.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.22. Normas novas, revisadas e interpretações (IFRS)--Continuação

Normas, interpretações e alterações de normas implementadas em 1º de janeiro de 2019--Continuação

CPC 06 (R2) (IFRS16) Operações de Arrendamento

A Companhia adotou, em 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16/CPC 06(R2)/NBC TG 06 (R3), que introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária

A Companhia reconheceu como ativo (“Direito de uso em arrendamentos”), conforme nota explicativa 12, os seus contratos de locação, principalmente imóveis, máquinas e equipamentos e veículos. O que antes era tratado como despesa de aluguel passou a ser registrado como amortização de “direitos de uso” e juros sobre as obrigações de alugueis, divulgadas como “Passivos de Arrendamento”. Consequentemente, o EBITDA e o resultado operacional foram afetados.

Transição

A Companhia aplicou a CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada que não exige a apresentação das informações de períodos anteriores comparativas. Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa de empréstimo incremental dos arrendatários (taxa nominal). Os contratos de arrendamento possuem prazo médio de 1 a 5 anos, podendo incluir, em certos casos, pagamentos variáveis, que por serem razoavelmente estimáveis, foram considerados pela Administração como “pagamentos fixos em essência” na determinação do direito de uso e passivo de arrendamento. Esses pagamentos variáveis são revistos junto aos arrendadores anualmente, quando do aniversário dos contratos.

Os fluxos reais de pagamentos foram estimados brutos de impostos e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Em conformidade com a CPC 06 (R2)/NBC TG 06(R3)/IFRS 16, na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.22. Normas novas, revisadas e interpretações (IFRS)--Continuação

Normas, interpretações e alterações de normas implementadas em 1º de janeiro de 2019--Continuação

CPC 06 (R2) (IFRS16) Operações de Arrendamento--Continuação

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária--Continuação

Transição--Continuação

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicou o CPC 06 (R2)/NBC TG 06 (R3)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

A taxa de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseada no CDI projetado + spread atual (taxa nominal).

A Companhia reconheceu os ativos e passivos para os seus contratos de arrendamento considerando o montante bruto de impostos. Com isso, o saldo de Arrendamentos a pagar, considera o montante equivalente a aproximadamente 9,25% de PIS/COFINS.

A conciliação dos efeitos da adoção desta norma contábil e movimentação em 2019 do direito de uso e passivo de arrendamento é demonstrada na nota explicativa nº 12.

(ICPC 22) (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.22. Normas novas, revisadas e interpretações (IFRS)--Continuação

Normas, interpretações e alterações de normas implementadas em 1º de janeiro de 2019--Continuação

(ICPC 22) (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro--Continuação

A Administração da Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A administração Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que a Administração Companhia atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Administração da Companhia passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

Os aspectos relacionados a adoção do IFRIC 23 (ICPC 22) estão detalhados na nota explicativa nº 18.

2.23. Reapresentações das demonstrações financeiras

Os valores relativos as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, originalmente apresentados de forma comparativa com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, emitidas em 4 de abril de 2019, estão sendo reapresentados em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras (IAS 1).

Os motivos que resultaram nos ajustes/reclassificações, que resultaram na necessidade de reapresentação das cifras correspondentes a 31 de dezembro de 2018, estão resumidos a seguir:

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.23. Reapresentações das demonstrações financeiras--Continuação

- (a) Alteração pela Administração em 2019 da prática contábil adotada na apresentação dos gastos com fretes sobre vendas na modalidade CIF, que estão relacionados a obrigação de desempenho de entrega dos produtos aos clientes conforme CPC47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com o Cliente. Estes fretes eram classificados como despesas comerciais e passaram a ser classificados como custo das vendas.
- (b) Identificação pela Administração da existência de lucros não realizados nas transações de venda de energia elétrica entre suas controladas Barra Grande, Estreito e Machadinho e a Companhia, os quais deveriam ser apropriados ao resultado do exercício de acordo a realização dos estoques à terceiros.
- (c) Reavaliação pela Administração do critério de consolidação da subsidiária Comican, em conformidade com o CPC 36 (R3)/(IFRS 10) - Demonstrações Consolidadas, em função da Companhia ter a habilidade de determinar suas políticas financeiras e operacionais, ainda que sua participação no capital votante da subsidiária seja de 48% em 2019 e 2018.
- (d) Identificação pela Administração da existência de despesas com importação referente a aquisição de combustível, as quais deveriam ser apropriadas ao resultado do exercício de acordo com a realização dos estoques.

A reapresentação está sendo feita de forma espontânea pela Administração da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		
	Originalmente apresentado	Lucros não realizados	Despesas com importação
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Ativo			
Estoque	438.676	-	(3.888)
Total do ativo circulante	774.571	-	(3.888)
Investimentos:			
Em controladas	303.016	(6.698)	-
Total do ativo não circulante	2.914.353	(6.698)	-
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(2.448.373)	(6.698)	(3.888)
Total do patrimônio líquido	383.316	(6.698)	(3.888)

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.23. Reapresentações das demonstrações financeiras--Continuação

	Controladora				
	Originalmente	Reclassificação	Lucros não	Despesas	Reapresentado
	apresentado	fretes	realizados	com	
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	importação	31/12/2018
Demonstrações de resultado					
Custo das vendas e dos serviços	(1.808.715)	(228.852)	-	(3.888)	(2.041.455)
Despesas administrativas e comerciais	(413.694)	228.852	-	-	(184.842)
Equivalência patrimonial	44.592	-	(129)	-	44.463
Prejuízo do exercício	(640.751)	-	(129)	(3.888)	(644.768)

	Controladora		
	Originalmente	Lucros não	Reapresentado
	apresentado	realizados	01/01/2018
	31/12/2017	31/12/2017	01/01/2018
Investimentos:			
Em controladas	266.104	(6.569)	259.535
Total do ativo não circulante	2.816.847	(6.569)	2.810.278
Prejuízos acumulados	(1.807.622)	(6.569)	(1.814.191)
Total do patrimônio líquido	(263.909)	(6.569)	(270.478)

	Consolidado				
	Originalmente	Lucros não	Consolidação	Despesas	Reapresentado
	apresentado	realizados	Comican	com	
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	importação	31/12/2018
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	179.797	-	1.291	-	181.088
Estoques	438.676	(8.257)	(22.134)	(3.888)	404.397
Impostos a recuperar	62.408	-	7	-	62.415
Outros créditos	65.081	-	(414)	-	64.667
Total do ativo circulante	785.616	(8.257)	(21.250)	(3.888)	752.221
Depósitos judiciais	73.909	-	113	-	74.022
Intangível:					
Outros intangíveis	209.347	-	12.281	-	221.628
Total do ativo não circulante	2.961.036	-	12.394	-	2.973.430
Total do Ativo	3.746.652	(8.257)	(8.856)	(3.888)	3.725.651

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.23. Reapresentações das demonstrações financeiras--Continuação

Passivo e patrimônio líquido	Consolidado				
	Originalmente apresentado	Lucros não realizados	Consolidação Comican	Despesas com importação	Reapresentado
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Passivo Circulante					
Fornecedores	323.119	-	(9.202)	-	313.917
Impostos e obrigações a pagar	157.071	-	3.020	-	160.091
Salários e encargos sociais	49.365	-	36	-	49.401
Outras obrigações	119.547	-	122	-	119.669
Total do passivo circulante	1.259.963	-	(6.025)	-	1.253.938
Outras obrigações	130.068	-	(1.359)	-	128.709
Total do passivo não circulante	2.039.448	-	(1.359)	-	2.038.089
Prejuízos acumulados	(2.448.373)	(6.698)	-	(3.888)	(2.458.959)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	383.316	(6.698)		(3.888)	372.730
Participação não controladores	63.925	(1.559)	(1.472)	-	60.894
Total do patrimônio líquido	447.241	(8.257)	(1.472)	(3.888)	433.624
Total do passivo e patrimônio líquido	3.746.652	(8.257)	(8.856)	(3.888)	3.725.651

Demonstrações dos resultados	Consolidado					
	Originalmente apresentado	Reclassificação frete	Lucros não realizados	Consolidação Comican	Despesas com importação	Reapresentado
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Receita líquida	1.810.954,00	-	-	(4.372)	-	1.806.582
Custo das vendas e dos serviços	(1.706.136)	(228.851)	(159)	6.111	(3.888)	(1.932.923)
Despesas administrativas e comerciais	(419.956)	228.851	-	-	-	(191.105)
Outras receitas (despesas) operacionais	2.029	-	-	2	-	2.031
Equivalência patrimonial	555	-	-	(555)	-	-
Receitas financeiras	132.864	-	-	28	-	132.892
Despesas financeiras	(274.270)	-	-	(164)	-	(274.434)
Imposto de renda e contribuição social	(54.215)	-	-	(451)	-	(54.666)
Prejuízo do exercício	(606.071)	-	(159)	599	(3.888)	(609.519)
Prejuízo atribuído a:						
Participação controladora	(640.751)	-	(129)	-	(3.888)	(644.768)
Participação não controladores	34.680	-	(30)	599	-	35.249

	Consolidado		
	Originalmente apresentado	Consolidação Comican	Reapresentado
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(230.333)	10.405	(219.928)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(43.842)	(9.270)	(53.112)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(38.844)	1.135	(37.709)

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

2.23. Reapresentações das demonstrações financeiras--Continuação

	Consolidado			
	Originalmente apresentado	Lucros não realizados	Consolidação Comican	Reapresentado
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	01/01/2018
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	210.038	-	149	210.187
Estoques	457.293	(8.099)	(15.116)	434.078
Impostos a recuperar	56.941	-	441	57.382
Outros créditos	33.247	-	62	33.309
Total do ativo circulante	911.675	(8.099)	(14.464)	889.112
Depósitos judiciais	72.622	-	106	72.728
Intangível:				
Outros intangíveis	160.969	-	11.713	172.662
Total do ativo não circulante	2.918.141	-	11.819	2.929.960
Total do ativo	3.829.816	(8.099)	(2.645)	3.819.072
Passivo e patrimônio líquido	Consolidado			
	Originalmente apresentado	Lucros não realizados	Consolidação Comican	Reapresentado
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	01/01/2018
Passivo circulante				
Fornecedores	233.194	-	1.080	234.274
Impostos e obrigações a pagar	99.166	-	216	99.382
Salários e encargos sociais	52.241	-	40	52.281
Total do passivo circulante	1.897.315	-	1.336	1.898.651
Outras obrigações	62.818	-	(1.911)	60.907
Total do passivo não circulante	2.104.948	-	(1.911)	2.103.037
Prejuízos Acumulados	(1.807.622)	(6.569)	-	(1.814.191)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	(263.909)	(6.569)	-	(270.478)
Participação não controladores	91.462	(1.530)	(2.070)	87.862
Total do patrimônio líquido	(172.447)	(8.099)	(2.070)	(182.616)
Total do passivo e patrimônio líquido	3.829.816	(8.099)	(2.645)	(3.819.072)

Adicionalmente, foi atualizada a nota de compromissos (nº28), considerando o contrato de aquisição de energia elétrica que não havia sido contemplado no ano de 2018.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 11.

3.2. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas e obsolescência de estoques, provisão para reconstituição ambiental, descomissionamento de fábricas e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas--Continuação

Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis--Continuação

3.3. Ativos imobilizados e intangíveis

A estimativa de vida útil adotada pela Companhia é conforme segue:

	Vida útil
Edificações e outras construções	3 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 50 anos
Veículos	2 a 16 anos
Móveis e utensílios	9 a 33 anos
Minas e jazidas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	49 a 50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	5 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
			(reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Caixa e bancos (*)	4.701	22.221	5.102	22.526
Aplicações financeiras	337.310	147.908	374.779	158.562
Total	342.011	170.129	379.881	181.088

(*) Em 31 de dezembro de 2019, possui saldos em moedas estrangeiras (euros e dólares norte-americanos) equivalentes a R\$793 na controladora e no consolidado (R\$424 em 31 de dezembro de 2018).

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
			(reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	103.083	-	106.669	9.585
Operações compromissadas (b)	194.096	120.767	194.096	121.836
Fundo de renda fixa (c)	40.131	27.141	74.014	27.141
Fundos exclusivos :				
Letras do Tesouro Nacional - LTNs "over"	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	-	-	-
Cotas Fundos de Renda Fixa	-	-	-	-
Operações compromissadas	-	-	-	-
Total	337.310	147.908	374.779	158.562

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até 90 dias, contados da data de contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante.

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, os certificados de Depósito Bancário - CDBs, possuem rentabilidade de 90% do CDI.
- (b) Em 31 de dezembro de 2019, as operações compromissadas possuem rentabilidade entre 50% a 98,75% do CDI (50% a 65% em 31 de dezembro de 2018).
- (c) Em 31 de dezembro de 2019, o fundo de renda fixa possui rentabilidade de 99,49% do CDI (101,31% em 31 de dezembro de 2018).

5. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e são representados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Títulos de capitalização	1.000	-	1.000	-
Debêntures	-	-	243	-
Depósito em garantia (a)	4.550	4.550	5.510	5.935
Total	5.550	4.550	6.753	5.935
Total - classificado no circulante	1.000	-	1.000	-
Total - classificado no não circulante	4.550	4.550	5.753	5.935

- (a) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás. No consolidado, inclui também depósitos em garantia da operação em conjunto BAESA, com finalidade de constituir reserva para obrigações com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Clientes dos mercados interno e externo (*)	93.912	89.543	93.760	89.025
Classificadas no não circulante	1.877	2.890	1.877	2.890
Classificadas no circulante	92.035	86.653	91.883	86.135
Provisão para perdas de crédito esperada	(48.252)	(46.481)	(48.252)	(46.481)
Total líquido no circulante	43.783	40.172	43.631	39.654

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A Companhia constitui provisão para perdas de crédito esperada com base na avaliação individualizada de determinados clientes, os quais estão em processo de recuperação judicial ou inadimplência recorrente, e constituiu provisão de 100% do saldo de contas a receber com esses clientes. Para os demais clientes é considerada a perda esperada pela Companhia no montante a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso.

(*) Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia assinou contrato de cessão de crédito de recebíveis com instituição financeira, no montante de R\$90.843, com deságio total de R\$492, registrado na rubrica "Despesas financeiras".

Em 27 de dezembro de 2018, a Companhia assinou contrato de cessão de crédito de recebíveis com a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (parte relacionada), no montante de R\$105.719, com deságio total de R\$960, registrado na rubrica "Despesas financeiras".

Composição das contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	35.297	37.545	35.145	37.027
Vencidos:				
0 a 30 dias	6.923	5.777	6.923	5.777
31 a 60 dias	868	866	868	866
61 a 90 dias	660	1.381	660	1.381
91 a 180 dias	1.739	1.280	1.739	1.280
181 dias ou mais	48.425	42.694	48.425	42.694
Total	93.912	89.543	93.760	89.025

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperada

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	46.481	40.488	46.481	40.488
Constituições	1.808	6.259	1.808	6.259
Montantes baixados no exercício como incobráveis	(37)	(266)	(37)	(266)
Saldo no fim do exercício	48.252	46.481	48.252	46.481

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	01/01/2018
	(reapresentado)		(reapresentado)		
Produtos acabados	40.166	43.004	38.638	40.526	41.898
Produtos em elaboração	86.344	117.082	82.778	111.302	138.039
Matéria-prima	121.706	121.148	121.746	121.235	138.223
Combustíveis	70.805	79.197	71.428	79.703	66.234
Almoxarifado	126.062	138.474	126.192	138.597	150.859
Adiantamento a fornecedores	23.210	28.933	5.360	6.083	2.879
Estoque em trânsito (b)	-	35.589	-	35.589	-
Embalagem e outros	6.473	4.183	6.473	4.184	3.995
Provisão para realização (a)	(46.417)	(63.526)	(46.417)	(63.526)	(67.761)
Total	428.349	504.084	406.198	473.693	474.366
Classificados no circulante	289.990	434.788	267.839	404.397	434.078
Classificados no não circulante (c)	138.359	69.296	138.359	69.296	40.288

A movimentação da provisão para perdas de estoques é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	63.526	67.761	63.526	67.761
Constituições (d)	22.810	61.182	22.810	61.182
Baixas (e)	(39.919)	(65.417)	(39.919)	(65.417)
Saldo no fim do exercício	46.417	63.526	46.417	63.526

- (a) As provisões para realização referem-se essencialmente a estoques de plantas paralisadas.
- (b) Refere-se à transação de importação de matéria-prima em 2018, com a parte relacionada Intercement Trading e Inversiones, com cláusula contratual "incoterm" CFR.
- (c) Os estoques classificados no não circulante refere-se a aquisição de matérias-primas através de contrato com cláusula de "take or pay", e que possui previsão de utilização além de doze meses, além de materiais de manutenção críticos para o processo produtivo, e que por sua característica apresentam baixo giro.
- (d) Em 2019 Refere-se a provisão para ajuste de estoques das fábricas paralisadas temporariamente, no montante de R\$17,3 milhões, e provisão para ajuste ao valor recuperável dos estoques de fábricas em operação, no montante de R\$5,6 milhões. Em 2018, refere-se a provisão para ajuste de estoques de fábricas paralisadas temporariamente, no montante de R\$47,7 milhões, e provisão para ajuste ao valor recuperável dos estoques de fábricas em operação, no montante de R\$13,5 milhões.
- (e) Em 2019 e 2018 as baixas referem-se a contabilização das perdas efetivas de estoques descartados.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	01/01/2018
				(reapresentado)	(reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6.856	5.095	7.520	5.764	21.006
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	28.319	32.430	28.319	32.430	28.781
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar					
(a) (b)	130.106	267.944	130.270	268.035	12.000
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	1.910	1.540	2.043	1.696	688
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	30.757	18.684	30.757	18.684	4.441
Impostos antecipados e outros	423	150	430	156	137
Total	198.371	325.843	199.339	326.765	67.053
Classificados no circulante	70.881	61.493	71.849	62.415	57.382
Classificados no não circulante	127.490	264.350	127.490	264.350	9.671

- (a) Em 2018, a Companhia registrou PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$254.421, sendo R\$134.642 de principal e R\$119.780 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas rubricas de Outras receitas operacionais e Receitas financeiras, em decorrência do trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pagos pela Cimpor Cimentos do Brasil (incorporada pela Companhia em dezembro de 2013) nos períodos de junho de 2005 a fevereiro de 2013.
- (b) Durante o ano de 2019, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa 1911/2019 ("IN"), que limita aos contribuintes o aproveitamento do crédito de PIS e COFINS mencionado no item (a) acima, criando uma expectativa de que a Receita Federal do Brasil somente homologará a parte calculada de acordo com essa IN (incontroversa) do crédito em discussão. Diante deste fato, a Companhia alienou parte dos créditos a um fundo de investimento, referente à parcela incontroversa, na forma de precatórios e com deságio de aproximadamente 70%, pelo montante de R\$54.091, tendo provisionado a totalidade dos créditos remanescentes.

Em 2019, a Companhia registrou novos créditos de PIS e COFINS no montante de R\$88.698, sendo R\$54.857 de principal e R\$33.841 de atualização monetária, reconhecendo em sua demonstração de resultado, respectivamente, nas rubricas de Outras receitas operacionais e de Receitas financeiras, relativos a créditos tributários incontroversos em decorrência do trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Com base no deságio observado na venda dos créditos anteriormente registrados e considerando a intenção de venda futura em forma de precatórios, o registro levou em consideração o deságio de 70% em função do valor dos créditos previstos. O valor do crédito total é de R\$295.655.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Investimentos - Controladora

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido		Resultado Do exercício		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos Investimentos		
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	01/01/2018
									(reapresentado)		(reapresentado)	(reapresentado)	
Controladas:													
Barra Grande Participações S.A. (c)	80,07	80,07	51.348.455	51.348.455	70.355	72.016	26.074	23.547	4.842	14.703	55.293	55.997	42.186
CECC Incorporadora e Administradora de bens Ltda. (a)	-	100,00	-	37.261.303	-	37.311	-	-	-	-	-	37.311	37.311
Companhia de Mineração Candiota (g)	48,00	48,00	480.000	480.000	(1.707)	(2.829)	1.123	1.152	539	553	(819)	(1.358)	(1.911)
Estreito Participações S.A. (b)	80,82	80,82	146.769.168	146.769.168	207.501	212.506	16.618	19.049	972	6.811	166.595	169.948	168.784
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	100,00	100,00	700,00	700,00	302	271	31	7	31	7	302	271	265
Machadinho Participações S.A. (d)	80,15	80,15	25.484.220	25.484.220	38.715	44.386	37.354	36.167	5.281	22.443	29.019	32.343	10.681
Neogera Investimentos em Inovação Ltda. (e)	100,00	100,00	580.000	580.000	699	719	(20)	(54)	(20)	(54)	699	719	573
									11.645	44.463	251.089	295.231	257.889
Operações em conjunto:													
CCEscm Cement (f)	50,10	50,10	9.018	9.018	-	-	-	-	-	-	-	-	-
									-	-	-	-	-
Total									11.645	44.463	251.089	295.231	257.889
									Classificados no ativo		251.908	296.589	259.800
									Classificados no passivo (Outras obrigações)		(819)	(1.358)	(1.911)

(a) Em 19 de dezembro de 2019, a controlada CECC Incorporadora e Administradora de bens, foi incorporada na Companhia.

(b) Em 31 de dezembro de 2018 Companhia aumentou o capital social da controlada Estreito, no montante de R\$208, com emissão de 200.000 ações ordinárias e destinou R\$22.979 para a conta de reserva de capital, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3(c). O resultado de equivalência patrimonial da controlada considera a distribuição desproporcional dos lucros, aos detentores das ações preferenciais, conforme previsto no estatuto social e acordo de acionistas.

(c) Em 9 de outubro de 2018, a Companhia converteu 653.405 ações ordinárias, da controlada Barra Grande Participações, em ações preferenciais e posteriormente alienou a totalidade das ações preferenciais, equivalente a 1,02% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3(b). O resultado de equivalência patrimonial da controlada considera a distribuição desproporcional dos lucros, aos detentores das ações preferenciais, conforme previsto no estatuto social da companhia e acordo de acionistas.

(d) Em 9 de outubro de 2018, a Companhia converteu 365.650 ações ordinárias, da controlada Machadinho Participações, em ações preferenciais e posteriormente alienou a totalidade das ações preferenciais, equivalente a 1,15% de participação acionária, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3(a). O resultado de equivalência patrimonial da controlada considera a distribuição desproporcional dos lucros, aos detentores das ações preferenciais, conforme previsto no estatuto social da companhia e acordo de acionistas.

(e) Em 6 de agosto de 2018, a Companhia aumentou o capital na controlada Neogera Investimentos em Inovação Ltda., em R\$200.

(f) Em 30 de abril de 2016, a Companhia constituiu provisão para perda da totalidade de sua participação na controlada em conjunto CCEscm Cement, no montante de R\$8.205. A Companhia entende que a provisão deve ser mantida para 2019, pois não houve alteração nos critérios para reconhecimento da provisão.

(g) Investimento reclassificado para outras obrigações no passivo não circulante.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Investimentos - Controladora--Continuação

As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são como segue:

Barra Grande Participações S.A.: companhia brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2019, possui a participação na Companhia BAESA, que tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande ("UHE Barra Grande") e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A controlada Barra Grande adota o método de equivalência patrimonial para a contabilização desta operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas.

Camargo Corrêa Escom Cement B.V.: companhia holandesa que tem como objetivo participar, investir e gerenciar outras companhias. Atualmente possui investimento na companhia Palanca Cimentos em Angola. A Companhia constituiu provisão para perda sobre essa investida, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.(f).

Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação.

Machadinho Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2019, possui a participação no Consórcio Machadinho.

Estreito Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2019, possui a participação no Consórcio CESTE.

A movimentação dos investimentos, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	<u>Controladora</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018(reapresentado)	257.889
Aumento de capital (a)	200
Baixas (b)	(1.676)
Equivalência patrimonial	44.463
Perda na variação de participação	(4.409)
Outras transações de capital	(1.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2018(reapresentado)	295.231
Baixas (b)	(37.311)
Equivalência patrimonial	11.645
Dividendos recebidos (c)	(18.476)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>251.089</u>

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Investimentos - Controladora--Continuação

- (a) Em 2018, refere-se a aumento de capital na sua controlada Neogera, no montante de R\$200.
- (b) Em 2019, refere-se à incorporação da controlada CECC Incorporadora e Administradora de bens, no montante de R\$37.311. Em 2018, refere-se à redução de participação pela venda parcial das suas controladas Barra Grande e Machadinho Participações, nos montantes de R\$891 e R\$785 respectivamente.
- (c) Refere-se a dividendos recebidos das controladas Barra Grande, Estreito e Machadinho Participações, durante o ano de 2019.

10. Propriedades para Investimento

A Companhia possui usinas de concreto mantidas para fins de renda de aluguel de longo prazo. As propriedades estão registradas ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas.

O saldo de propriedade para investimento é composto como segue:

	2019		
	Custo de aquisição	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Propriedade para investimento	8.472	(3.690)	4.782

Após estudo de avaliador independente, foi determinado um valor justo no montante de R\$42.615 para a data de 31 de dezembro de 2019.

11. Imobilizado

	Controladora		
	2019		
	Custo	Depreciação	Valor Residual
Terrenos	152.463	-	152.463
Edifícios	1.479.859	(810.394)	669.465
Máquinas e equipamentos (d)	2.868.954	(2.102.169)	766.785
Veículos	51.776	(41.987)	9.789
Móveis e utensílios	19.827	(18.530)	1.297
Peças de reposição	22.293	(9.245)	13.048
Adiantamento a fornecedores	81.051	-	81.051
Imobilizado em andamento (a)	773.478	-	773.478
Ajuste ao valor de realização (b)	(862.407)	-	(862.407)
Outros	37.624	(15.921)	21.703
Total	4.624.918	(2.998.246)	1.626.672

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

	Controladora		
	2018		
	Custo	Depreciação	Valor Residual
Terrenos	125.678	-	125.678
Edifícios	1.500.639	(796.814)	703.825
Máquinas e equipamentos (d)	2.806.250	(2.014.194)	792.056
Veículos	60.884	(44.544)	16.340
Móveis e utensílios	19.389	(17.540)	1.849
Peças de reposição	18.043	(7.966)	10.077
Adiantamento a fornecedores	82.306	-	82.306
Imobilizado em andamento (a)	779.338	-	779.338
Ajuste ao valor de realização (b)	(902.270)	-	(902.270)
Outros	36.724	(13.067)	23.657
Total	4.526.981	(2.894.125)	1.632.856

	Consolidado		
	2019		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos (c)	167.841	(4.519)	163.322
Edifícios	1.494.199	(816.886)	677.313
Máquinas e equipamentos (d)	2.997.230	(2.154.298)	842.932
Veículos	51.850	(42.046)	9.804
Móveis e utensílios	19.974	(18.644)	1.330
Reservatório, barragens e adutoras	280.777	(99.218)	181.559
Peças de reposição	22.293	(9.245)	13.048
Adiantamento a fornecedores	81.051	-	81.051
Imobilizado em andamento (a)	775.413	-	775.413
Ajuste ao valor de realização (b)	(862.407)	-	(862.407)
Outros	37.651	(15.948)	21.703
Total	5.065.872	(3.160.804)	1.905.068

	Consolidado		
	2018		
	Custo	Depreciação	Valor residual
Terrenos (c)	178.623	(3.981)	174.642
Edifícios	1.514.916	(802.797)	712.119
Máquinas e equipamentos (d)	2.933.050	(2.061.583)	871.467
Veículos	60.951	(44.594)	16.357
Móveis e utensílios	19.530	(17.647)	1.883
Reservatório, barragens e adutoras	280.745	(88.858)	191.887
Peças de reposição	18.043	(7.966)	10.077
Adiantamento a fornecedores	82.306	-	82.306
Imobilizado em andamento (a)	781.291	-	781.291
Ajuste ao valor de realização (b)	(902.270)	-	(902.270)
Outros	36.750	(13.093)	23.657
Total	5.003.935	(3.040.519)	1.963.416

(a) Os saldos referem-se substancialmente a projetos para expansão de unidades e melhorias no processo produtivo, sendo que alguns desses projetos foram paralisados temporariamente e ajustados ao valor de realização, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.(b)

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

- (b) Na controladora, os saldos de provisão de 2019 e de 2018 referem-se a projetos e unidades paralisadas temporariamente, devido ao cenário econômico e ao momento do mercado de cimento no Brasil. Quando da recuperação do mercado, poderão retomar tais operações e investimentos, reavaliando a provisão determinada. As provisões compreendem principalmente saldos de imobilizado em andamento e adiantamentos a fornecedores.
- (c) De acordo com o Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à UHE Barra Grande, inclusive terrenos, registrados na companhia operada em conjunto BAESA, no montante proporcional à participação da Companhia e aproximado de R\$76.489, são depreciados linearmente pelo prazo de concessão, e passarão ao final da concessão em 2036 a integrar o patrimônio da União.
- (d) Nas rubricas "Máquinas e equipamentos" e "Veículos" existem, em 31 de dezembro de 2019, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto, por meio de contratos de financiamento (FINAME), que são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original corresponde a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15, o saldo a pagar (FINAME) é de R\$7.144 (R\$9.540 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.876.365	2.221.686
Adições (e)	162.932	164.407
Baixas	(9.803)	(11.064)
Depreciações	(205.592)	(220.567)
Transferência para propriedades para investimento (g)	10.147	10.147
Transferência para intangível (h)	(46.897)	(46.897)
Provisão para perdas (i)	(173.700)	(173.700)
Reversão provisão para perdas	19.404	19.404
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.632.856	1.963.416
Adições (e)	194.109	195.483
Adição por incorporação (f)	37.311	-
Baixas (k)	(92.100)	(92.100)
Depreciações	(198.414)	(214.641)
Transferência para propriedades para investimento (g)	13.047	13.047
Provisão para perdas (i)	(71.229)	(71.229)
Reversão provisão para perdas (j)	111.092	111.092
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.626.672	1.905.068

- (e) Em 2019 e 2018 na controladora refere-se essencialmente a melhorias e adequações das unidades produtivas.
- (f) Refere-se a terrenos registrados na controlada CECC na data da incorporação, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.(e).
- (g) Refere-se substancialmente terrenos anteriormente arrendados, que em 2019 e 2018 retornaram ao ativo imobilizado e em seguida vendidos, conforme mencionado na nota explicativa nº 25.(a).
- (h) Refere-se à transferência dos direitos de exploração de minas e jazidas do imobilizado para o intangível para melhor apresentação.
- (i) Refere-se à constituição de provisão para realização do ativo imobilizado, conforme mencionado a nota explicativa nº 11.(b).
- (j) Em 2019, refere-se a substancialmente a reversão da provisão para perda em decorrência da baixa efetiva dos ativos da unidade de Cubatão.
- (k) Em 2019, refere-se substancialmente a baixa efetiva dos ativos da unidade de Cubatão, no montante de R\$72.894, com provisão constituída em 2018, conforme mencionado a nota explicativa nº 11.(b).

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Intangível

	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018	01/01/2018
				(reapresentado)	(reapresentado)
Direitos de exploração de minas (a)	154.860	167.341	169.155	179.622	124.505
Bens vinculados à concessão	-	-	17.119	16.715	16.409
Direitos de uso de software	2.169	1.162	2.179	1.166	1.032
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.745	15.792	12.745	15.792	22.465
Marcas e patentes e outros	9.561	8.187	9.697	8.333	8.271
	179.335	192.482	210.895	221.628	172.682
Ágio:					
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (b)	102.633	102.633	102.633	102.633	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	14.882	14.882	14.882	14.882	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	75.801	75.801	75.801	75.801	75.801
Incorporação da Goiás (c)	16.361	16.361	16.361	16.361	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	59.983	59.983	59.983	59.983	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	8.794	8.794	8.794	8.794	8.794
Outros	22.858	22.858	22.858	22.858	22.858
	301.312	301.312	301.312	301.312	301.312
Total	480.647	493.794	512.207	522.940	473.994

- (a) Referem-se essencialmente a gastos com direitos minerários, licenciamentos e gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas.
- (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas entidades, que já foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008, e têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura.
- (c) Referem-se à parcela de ágio do acervo líquido decorrente da incorporação da Cimpor Cimentos Brasil S.A.

Perdas por redução ao valor recuperável do ágio

O valor recuperável da unidade geradora de caixa é determinado utilizando as projeções dos fluxos de caixa base ao orçamento financeiro de dez anos aprovado pela Administração da Companhia, trazidos a valor presente pelas respectivas taxas de desconto, sendo que os fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram acrescentados com a perpetuidade do negócio. O resultado desta avaliação não resultou em perdas por redução ao valor recuperável em relação aos valores contabilizados.

Segmento	2019			2018		
	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real
Brasil	301.312	8,18%	0,0%	301.312	10,75%	0,0%

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

Perdas por redução ao valor recuperável do ágio--Continuação

As taxas de desconto são calculadas com base na taxa livre de risco ajustada pelo prêmio de risco-país, entre outros parâmetros. As taxas de crescimento real para os fluxos de caixa foram consideradas como crescimento zero na perpetuidade.

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2018	445.717	473.993
Adições	11.994	22.018
Transferência do imobilizado para o intangível (a)	46.897	46.897
Amortizações e exaustões	(10.865)	(20.019)
Outros	51	51
Saldo em 31 de dezembro de 2018	493.794	522.940
Adições	19.937	29.264
Baixas	(40)	(40)
Amortizações e exaustões	(33.116)	(40.029)
Outros	72	72
Saldo em 31 de dezembro de 2019	480.647	512.207

(a) Refere-se à transferência dos direitos de exploração de minas e jazidas do imobilizado para o intangível para melhor apresentação.

13. Arrendamento mercantil

13.1. Direito de uso em arrendamentos

Categoria	Controladora				
	Adoção Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Saldo final
Imóveis	11.541	(448)	-	(1.583)	9.511
Equipamentos de Informática	971	99	-	(611)	458
Máquinas e Equipamentos	135.894	122.762	(13.181)	(65.451)	180.024
Veículos	9.281	3.950	-	(1.890)	11.341
Total	157.687	126.363	(13.181)	(69.535)	201.334

Categoria	Consolidado				
	Adoção Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Saldo final
Imóveis	11.565	(448)	-	(1.587)	9.530
Equipamentos de Informática	972	99	-	(611)	459
Máquinas e Equipamentos	135.894	122.762	(13.181)	(65.451)	180.024
Veículos	9.348	3.975	-	(1.912)	11.412
Total	157.779	126.388	(13.181)	(69.561)	201.425

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Arrendamento mercantil--Continuação

13.2. Passivos de Arrendamento

Controladora						
Categoria	Adoção Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	11.541	(448)	-	(2.100)	886	9.879
Equipamentos de Informática	971	99	-	(660)	68	478
Máquinas e Equipamentos	135.894	122.762	(13.391)	(75.453)	44.510	214.323
Veículos	9.281	3.950	-	(2.515)	1.070	11.786
Total	157.687	126.363	(13.391)	(80.728)	46.534	236.466

Consolidado						
Categoria	Adoção Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	11.565	(448)	-	(2.115)	886	9.891
Equipamentos de Informática	971	99	-	(660)	68	478
Máquinas e Equipamentos	135.895	122.762	(13.391)	(75.453)	44.512	214.323
Veículos	9.348	3.975	-	(2.536)	1.078	11.865
Total	157.779	126.388	(13.391)	(80.764)	46.544	236.557

(a) Incluem adições de novos contratos. As atualizações de índices devidos às obrigações de arrendamento mercantil são registradas de acordo com cada contrato, ocasionando impactos de ajuste a valor presente de passivos de arrendamento e direitos de uso em arrendamentos. Adicionalmente, nas datas de aniversário dos contratos, inclui a remensuração de ativos e passivos dos pagamentos variáveis considerados como pagamentos fixos em essência. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado, apenas as rubricas patrimoniais.

(b) Contratos encerrados antecipadamente.

14. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante em função dos pagamentos estarem previstos até um ano.

	Controladora			Consolidado	
	2019	2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
Nacionais	292.800	315.813	283.760	278.351	268.234
Estrangeiros	6.592	131.805	34.297	6.592	131.805
	299.392	447.618	318.057	284.943	400.039

As operações de risco sacado, apresentadas no saldo de fornecedores nacionais, somam R\$80.787 em 31 de dezembro 2019 (R\$86.122 em 31 de dezembro de 2018 e R\$48.224 em 01 de janeiro de 2018).

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

Os saldos demonstrados referem-se a controladora e consolidado.

Modalidade/ Instituição financeira	Encargos	Vencimento até	2019	2018
Moeda nacional:				
Banco do Brasil S.A. (a)	2.94% a.a.	Dezembro de 2024	44.297	53.152
FINAME (b)	2,50% a 10% a.a.	Novembro de 2023	7.144	9.540
Incentivo Fomentar	Parcela fixa	Dezembro de 2020	114	114
Itaú BBA - Fomentar (d)	Parcela fixa	Dezembro de 2022	14.265	14.854
Bradesco S.A. (c)	CDI_CETIP a 126%	Abril de 2023	202.667	203.316
Total			268.487	280.976
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			2.716	3.384
Classificados no circulante - principal			13.883	13.719
Classificados no não circulante - principal			251.888	263.873

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Para os empréstimos contratados, o intervalo das taxas variáveis e prefixadas está entre 2,5% e 10,0% ao ano.

(a) Linha de crédito para ampliação de fábrica na cidade de Cezarina, Estado de Goiás. Esses empréstimos exigem que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada.

(b) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

(c) Em 30 de junho de 2016, a Companhia captou empréstimo no valor de R\$300.000, com vencimento do principal em 28 de junho de 2018 e juros devidos semestralmente, calculados sobre a variação do CDI.

Em 12 de abril de 2018, a Companhia liquidou parcialmente o montante de R\$100.000 do empréstimo, e assinou um aditivo com o Banco Bradesco S.A., repactuando sua dívida, no montante de R\$200.000, prorrogando o vencimento, para pagamento em 3 parcelas, sendo a primeira em 13 de abril de 2021. Foi reconhecido um custo de repactuação, no montante de R\$2.214 registrado no resultado, como despesa financeira.

(d) Em 28 de dezembro de 2006, conforme instrumento de cessão de crédito assinado entre a Companhia e o Banco Itaú BBA S.A., foi transferido o título dos créditos relativos à aquisição do incentivo fiscal Fomentar da Cimpor Brasil Participações Ltda., por R\$18.000, para o Banco Itaú BBA S.A., cuja dívida nominal e prefixada correspondia a R\$57.772, com desconto de R\$39.772, o qual será liquidado pela Companhia sem correção. A dívida da Companhia foi descontada a valor presente de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, considerando a taxa de oportunidade de 15,34% ao ano, a ser liquidada em parcelas anuais e sucessivas até 2022.

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício	Controladora e Consolidado
2021	78.527
2022	87.105
2023	76.566
2024	9.690
Total	251.888

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Debêntures

	Encargos anuais	Vencimento final	Controladora e Consolidado	
			2019	2018
Debêntures (a)	115% da taxa DI	Abril de 2022	689.923	923.685
Debêntures (b)	115% da taxa DI	Agosto de 2022	1.005.650	1.025.503
Gastos com emissão			(922)	(1.696)
Debêntures em carteira (c)			(3.619)	(4.840)
Total			1.691.032	1.942.652
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			30.401	62.278
Classificados no circulante			719.975	469.743
Classificados no não circulante			940.656	1.410.631

- (a) Em 14 de março de 2012, a InterCement Brasil S.A. emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$10,00. Os juros são pagos anual e semestralmente, para a primeira e segunda séries, respectivamente. As referidas debêntures estão garantidas por carta de fiança da Companhia e da Caue Austria Holding GMBH.

Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou o resgate antecipado de 17.000 debêntures, pelo montante de R\$176.323, mais um prêmio de R\$2.056, o qual foi reconhecido em despesas financeiras.

- (b) Em agosto de 2012, a Cimpor Cimentos Brasil S.A. emitiu 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 115% da taxa DI e serão pagas anualmente sendo o primeiro pagamento em 2017 e o último na data de vencimento em 21 de agosto de 2022. O saldo a pagar quando da incorporação da Cimpor Cimentos Brasil S.A. foi transferido para a Companhia.

A Companhia tem discussões em andamento para refinanciamento das referidas debêntures, com expectativa de conclusão desta operação durante o primeiro semestre de 2020, conforme mencionado na nota explicativa nº.01.

- (c) Em 23 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a recompra de 716 debêntures da 2ª emissão, pelo montante de R\$7.206.

Condições restritivas

Os contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da InterCement Participações S.A., e a captação está garantida por aval. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia firmou um aditivo com os credores, prevendo a medição do índice financeiro de dívida líquida x EBITDA ajustado em 5,5x, voltando a ser medido no patamar original de 4,5x em dezembro de 2019. Durante o mês de dezembro de 2019, a Companhia firmou novo aditivo com os credores da 1ª e 2ª emissão das debêntures, elevando novamente o índice financeiro de dívida líquida x EBITDA ajustado para 5,5x em 31 de dezembro de 2019. A Companhia discute atualmente as cláusulas restritivas para os próximos exercícios, em consonância com as iniciativas para refinanciamento da dívida conforme mencionado na nota explicativa 1.

Em 31 de dezembro de 2019, as cláusulas restritivas das debêntures foram cumpridas.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Debêntures--Continuação

Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

<u>Exercício</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2021	470.518
2022	470.518
Total	941.036
(-) Amortização dos gastos com emissão	(380)
Total	940.656

17. Impostos e obrigações a pagar

	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>01.01.2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>01.01.2018</u>
ICMS	15.954	17.244	15.005	16.224	18.992	15.012
PIS/COFINS	1.022	5.023	2.010	1.926	6.387	3.077
IR retido	2.350	2.556	2.799	2.365	2.559	2.800
ISS	1.430	960	964	1.531	1.056	969
Impostos parcelados e Obrigação legal	136.515	137.401	88.773	136.515	137.401	88.773
Outros	7.073	6.774	4.004	9.041	9.272	6.885
	164.344	169.958	113.555	167.602	175.667	117.516
Classificados como circulante	138.248	154.382	95.421	141.506	160.091	99.382
Classificados como não circulante	26.096	15.576	18.134	26.096	15.576	18.134

18. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários, tributários e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício. Com relação as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, as provisões são constituídas quando é mais provável ("more likely than not") que os tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas autoridades fiscais.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários--Continuação

A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas e previdenciários (a)	19.980	30.631	20.024	30.704
Tributários (b)	9.249	5.514	9.249	5.514
Cíveis e outros (c)	2.063	6.403	2.652	7.025
	31.291	42.548	31.925	43.243
Depósitos judiciais (d)	(11.446)	(11.963)	(11.446)	(11.963)
Total	19.845	30.585	20.479	31.280

- (a) Referem-se a processos que tratam principalmente de ações indenizatórias diversas, decorrentes de rescisão de contrato de trabalho.
- (b) Referem-se, substancialmente, a processos judiciais e administrativos relacionados a: (i) ICMS - ausência de recolhimento e tomada de crédito indevido em operações diversas; (ii) ICMS - Importação por conta e ordem de terceiro, realizadas através de Trading; (iii) Contribuição Previdenciária - ausência de recolhimento de adicional da contribuição em decorrência da exposição dos trabalhadores a agentes nocivos; (iv) IRPJ/CSLL - compensações não homologadas de créditos recolhidos a maior; e (v) ISS - ausência de recolhimento em prestações de serviços diversos.
- (c) Referem-se a processos que tratam principalmente de ações indenizatórias diversas, decorrentes de rescisão contratual, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, tráfego com excesso de peso, e de instituição de servidão de passagem de teleférico.
- (d) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Trabalhistas e previdenciários	8.379	8.281
Tributários	3.003	3.497
Cíveis e outras	64	185
Total	11.446	11.963

Depósitos não atrelados à provisão para riscos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos Trabalhistas e previdenciários	18.455	19.317	18.456	19.322
Depósitos Tributários	48.671	48.815	48.790	48.928
Depósitos Cíveis	3.700	5.765	3.722	5.772
Total	70.826	73.897	70.968	74.022

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R\$4.294.103 (R\$3.245.656 em 31 de dezembro de 2018), sendo R\$58.188 de contingências trabalhistas (R\$36.929 em 31 de dezembro de 2018), R\$3.168.738 de contingências tributárias, sendo R\$907.866 de risco possível e R\$2.260.872 risco de perda classificado como possível com viés de remoto em função da adoção do IFRIC 23 (ICPC 22) (R\$2.268.044 em 31 de dezembro de 2018), R\$1.014.843 de contingências cíveis (R\$909.922 em 31 de dezembro de 2018) e R\$52.334 de processos administrativos de outras naturezas (R\$30.762 em 31 de dezembro de 2018), conforme opinião dos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como probabilidade de perda possível, são conforme segue:

Tributárias

Referem-se, substancialmente, a processos administrativos e judiciais relacionados a (i) PIS/COFINS - ausência de oferecimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (ii) PIS/COFINS - crédito indevido decorrente de despesa com frete nas transferências de mercadorias entre estabelecimento industrial e distribuidor; (iii) PIS/COFINS - compensação não homologada em decorrência de créditos insuficientes de CSLL por dedução indevida da base de cálculo (iv) ICMS - ausência de recolhimento em operações diversas; (v) ICMS - discussão sobre aplicabilidade de pauta fiscal; (vi) ICMS - transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte; (vii) ICMS - crédito indevido de materiais intermediários; (viii) ICMS - crédito indevido em operações com bens do ativo fixo considerados para uso e consumo; (ix) ICMS - diferencial de alíquota; (x) ITBI - cobrança do imposto em razão da incorporação da CIMPOR pela ICB; (xi) ISS - Substituição Tributária; e (xii) CFEM - ausência de recolhimento.

As contingências tributárias com risco possível de perda com viés de remoto, avaliadas com base no IFRIC 23 (ICPC 22), são: (i) IRPJ/CSLL - glosa de créditos por suposta dedução indevida da base de cálculo, a título de amortização de ágio decorrente da aquisição de outras empresas; (ii) IRPJ/CSLL - cobrança dos tributos sobre lucros apurados no exterior por empresas controladas e coligadas; (iii) IRPJ/CSLL - ausência de oferecimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (iv) IRPJ - compensação não homologada de crédito decorrente de aplicação indevida de incentivo fiscal concedido pela SUDENE; e (v) IRPJ - compensação não homologada de crédito decorrente de apuração a menor de saldo negativo do imposto.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Cível

As principais causas cíveis têm por objeto a (i) reparação de danos em decorrência de descumprimento contratual; (ii) pagamento de indenização por tráfegar com excesso de peso; (iii) indenização por acidentes de trabalho na esfera cível e por cobrança indevida; (iv) descumprimento de condicionantes de licenças de operação e suposta falta de licenciamento; (v) poluição atmosférica e do solo; e (vi) infração contra a ordem econômica, conforme descrição abaixo:

A Companhia e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo iniciado pelas autoridades de concorrência em 2007 (bem como para as demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à Companhia corresponde, em 31 de dezembro de 2019, a R\$ 784.971 (considerando R\$ 351.659 para a InterCement e R\$ 433.311 para a Cimpor), ficando a Companhia obrigada a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de concreto nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias. Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, a Companhia recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão de tutela antecipada requerida, para suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra tal decisão, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, cujo pedido de tutela antecipada recursal formulado foi indeferido. O processo encontra-se em fase de instrução probatória, não tendo tido, em 2019, movimentação relevante. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade de perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

A movimentação das provisões para riscos é como segue:

	Controladora				
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41.165	8.760	6.676	(11.997)	44.604
Adições/baixas	(7.594)	(3.246)	56	(11.678)	(22.462)
Pagamento	(2.940)	-	(329)	11.712	8.443
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.631	5.514	6.403	(11.963)	30.585
Adições/baixas	(6.238)	7.215	(3.115)	(5.056)	(7.194)
Pagamento	(4.413)	(3.480)	(1.226)	5.573	(3.546)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.980	9.249	2.062	(11.446)	19.845

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Cível--Continuação

	Consolidado			
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais
				Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	41.195	8.760	7.354	(11.997)
Adições/baixas	(7.551)	(3.246)	-	(11.678)
Pagamento	(2.940)	-	(329)	11.712
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.704	5.514	7.025	(11.963)
Adição/baixas	(6.267)	7.215	(3.147)	(5056)
Pagamento	(4.413)	(3.480)	(1.226)	5.573
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.024	9.249	2.652	(11.446)

19. Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativo

A movimentação da provisão para reconstituição ambiental é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	63.608	63.608
Reversão (a)	(36.099)	(36.099)
Utilização	(3.420)	(3.420)
Atualização	3.527	3.527
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.616	27.616
Constituição	2.718	2.718
Utilização	(2.878)	(2.878)
Atualização	1.771	1.771
Saldo em 31 de dezembro de 2019	29.277	29.227

(a) Em 2018, os valores referem-se à atualização das provisões para reconstituição ambiental de minas e, com base em laudo de terceiros, também atualizou as provisões para descomissionamento das fábricas.

20. Benefícios a empregados

20.1 Previdência privada

A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contribuiu com o montante de R\$1.031 (R\$1.574 em 31 de dezembro de 2018).

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Benefícios a empregados--Continuação

20.2. Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2019 é de R\$46.508 na controladora e no consolidado (\$45.568 em 31 de dezembro de 2018).

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo, vendas e compras de produtos e serviços. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são os seguintes:

	Controladora						
	Ativo circulante			Ativo não circulante	Passivo circulante		
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outros créditos	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum:							
Loma Negra (a)	-	-	3.852	-	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	4	518	1.000	3.300	835	-	-
A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (c)	-	-	-	22.800	-	-	-
Yguazú Cimentos S.A. (b)	1.175	-	-	-	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Controladas:							
Barra Grande Participações S.A. (e)	-	-	-	-	5.907	-	-
Machadinho Participações S.A. (e)	-	-	-	-	4.215	-	798
Estreito Participações S.A. (e)	-	-	-	-	3.513	-	4.090
Companhia de Mineração Candiota (d)	-	17.850	1.350	-	5.355	-	-
Controladora:							-
Mover Participações S.A. (b)	-	-	-	-	15	-	-
Cimpor Serviços (b)	-	-	-	-	4.122	-	-
Cauê Austria Holding GmbH (f)	-	-	-	-	-	46.890	2.824
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b)	-	-	-	-	594	-	2.150
InterCement Participações S.A. (b)	-	-	297	-	-	-	3.080
Participações Morro Vermelho S.A.	37	-	-	-	-	-	-
Total em 2019	1.216	18.368	6.499	26.100	24.556	46.890	12.942
Total em 2018	421	23.942	28.067	4.300	183.066	54.910	10.165

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Partes relacionadas--Continuação

	Consolidado						
	Ativo circulante			Ativo não circulante	Passivo circulante		
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outros créditos	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum:							
Loma Negra (a)	-	-	3.852	-	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	4	518	1.000	3.300	835	-	52
A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (c)	-	-	-	22.800	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	-	-	-	-	-	-	38
Yguazú Cimentos S.A. (b)	1.175	-	-	-	-	-	-
Controladora:							
Mover Participações S.A. (b)	-	-	-	-	15	-	4
Cimpor Serviços (b)	-	-	-	-	4.122	-	-
Cauê Austria Holding GmbH (f)	-	-	-	-	-	46.890	2.824
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b)	-	-	-	-	594	-	2.150
InterCement Participações S.A. (b)	-	-	-	-	-	-	3.080
Participações Morro Vermelho S.A.	37	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	297	100	-	-	-
Total em 2019	1.216	518	5.149	26.200	5.566	46.890	8.148
Total em 2018	132	1.092	28.067	4.400	131.448	54.910	5.151

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Partes relacionadas--Continuação

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 são como segue:

			Controladora		
	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	2.991	-	(9.808)	-	189
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. e controladas (b)	509	-	-	-	-
A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (c)	-	-	-	22.800	-
Intercement Portugal S.A. (b)	-	-	(946)	-	(809)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (b)	225	(215)	-	-	-
Loma Negra (a)	565	-	-	-	(3)
Yguazú Cimentos S.A. (b)	2.059	-	-	-	4
Controlada:					
Barra Grande Participações S.A. (e)	-	(69.558)	-	-	-
Companhia de Mineração Candiota (d)	-	(25.414)	-	-	-
Estreito Participações S.A. (e)	-	(39.232)	-	-	-
Machadinho Participações S.A. (e)	-	(49.328)	-	-	-
Controladora:					
Mover Participações S.A. (b)	-	-	(347)	-	-
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b)	-	(51.363)	-	-	(8.851)
InterCement Participações S.A. (b)	-	-	(2.535)	-	-
Cauê Austria Holding GmbH (f)	-	-	-	-	(2.303)
Outras	56	-	(1.788)	-	-
Total em 2019	6.405	(235.110)	(15.424)	22.800	(11.773)
Total em 2018	14.274	(254.347)	(18.115)	3.995	148.210

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Partes relacionadas--Continuação

	Vendas	Custos de vendas e serviços	Consolidado		
			Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	2.991	-	(9.808)	-	189
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. e controladas (b)	509	-	-	-	-
A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (c)	-	-	-	22.800	-
Intercement Portugal S.A. (b)	-	-	(946)	-	(809)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (b)	225	(215)	-	-	-
Loma Negra (a)	565	-	-	-	(3)
Yguazú Cimentos S.A. (b)	2.059	-	-	-	4
Controladora:					
Mover Participações S.A. (b)	-	-	(347)	-	-
InterCement Participações S.A. (b)	-	-	(2.535)	-	-
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b)	-	(51.363)	-	-	(8.851)
Cauê Austria Holding GmbH (f)	-	-	-	-	(2.303)
Outras	56	-	(1.788)	-	-
Total em 2019	6.405	(51.578)	(15.424)	22.800	(11.773)
Total em 2018	14.274	(79.551)	(18.024)	3.995	(148.210)

(a) Contas a receber pela venda de ativo imobilizado.

(b) Compra de mercadorias e serviços.

(c) Venda de imóvel da InterCement Brasil para a A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.

(d) Aquisição de calcário da unidade de Candiota.

(e) Contrato de compra e venda de energia.

(f) Empréstimo de mútuo no montante de €10 milhões de euros, equivalente a R\$46.890 milhões de reais, sujeito a Euribor mais juros de 3,22% ao ano, com vencimento do principal e juros em 17 de fevereiro de 2022.

Remuneração dos administradores

a) Controladora

Em 23 de abril de 2019, o montante da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2019 foi fixado em até R\$6.000, não incluídos encargos sociais, e acrescido de provisão para férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão demonstrados a seguir:

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração dos administradores--Continuação

a) *Controladora--Continuação*

	2019	2018
Curto prazo:		
Salários, remuneração fixa e outros benefícios	3.377	4.641
Longo prazo (benefícios pós-emprego):		
Previdência privada	178	228
Total da remuneração (sem encargos sociais)	3.555	4.869
Encargos sociais	1.228	2.073
Total da remuneração (com encargos sociais)	4.783	6.942

b) *Consolidado*

O montante pago até 31 de dezembro de 2019 no consolidado é de R\$4.783, sendo: (i) R\$4.605 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$178 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada (R\$6.942 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo: (i) R\$6.714 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$228 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

22. Patrimônio líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é representado por 2.469.585.273 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (2018 representado por 1.178.888.195 ações ordinárias nominativas).

A composição acionária em 31 de dezembro de 2019 está detalhada a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	%
Cauê Austria Holding GmbH	1.402.230.518	56,78
Intercement Trading e Inversiones	1.067.354.755	43,22
	2.469.585.273	100,00

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

Transações com acionistas

- (a) Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 2019, os acionistas da Companhia aprovaram aumentos de capital e integralizações no montante de R\$900.000, mediante a emissão de 1.290.697.078 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que foram subscritas pelos acionistas da seguinte forma:(i) 732.857.801 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pela acionista Cauê Austria Holding; e (ii) 557.839.277 subscritas pela acionista Intercement Trading e Inversiones.
- (b) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de março de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital (à ser integralizado posteriormente) no montante R\$1.150.000, mediante a emissão de 1.150.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que serão subscritas pelos acionistas da seguinte forma:(i) 653.018.007 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pela acionista Cauê Austria Holding; e (ii) 496.981.933 subscritas pela acionista Intercement Trading e Inversiones.

Em 19 de junho de 2018, foi aprovado em assembleia geral extraordinária, a integralização de capital, nos montantes de R\$606.741, pela acionista Cauê Austria Holding, e R\$55.559 pela acionista Intercement Trading e Inversiones, mediante capitalização de créditos, respectivamente.

Em 8 de agosto de 2018, foi aprovado em assembleia geral extraordinária, a integralização de capital, em moeda corrente, pela acionista Cauê Austria Holding, o montante de R\$46.229.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2018, os acionistas da Companhia aprovaram a integralização e retificação do aumento de capital e o número de ações emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 27 de março de 2018, de forma que o aumento de capital na Companhia foi para R\$1.178.884, mediante a emissão de 1.178.884.252 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelos acionistas da seguinte forma:(i) 669.370.478 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pela acionista Cauê Austria Holding; e (ii) 509.513.774 subscritas pela acionista Intercement Trading e Inversiones.

Em 12 de dezembro de 2018, foi aprovado em assembleia geral extraordinária, a integralização de capital, em moeda corrente, no montante de R\$16.400, pela acionista Cauê Austria Holding, e R\$453.955 pela acionista Intercement Trading e Inversiones, mediante capitalização de créditos.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

Transações com acionistas não controladores

- (a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui os efeitos da: (i) venda de participação nas controladas Barra Grande Participações S.A., e Machadinho Participações no montante de R\$29.403, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui o ganho pela venda, a valor de mercado, do crédito "fixed rate notes" pela Cauê Finance à Cauê Austria, no montante de R\$40.969 e ganho pela venda, a valor de mercado, dos créditos detidos pela Cimpor B.V. contra a controlada Cauê Finance, para a controladora Intercement Trading e Inversiones, no montante de R\$43.129.

Reservas de lucros - incentivo fiscal

Correspondem à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não constituiu reserva, já que apurou prejuízo no exercício.

Com base na Lei nº 11.941/09, que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638/07, o incentivo fiscal obtido nas operações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$5.691 (R\$7.197 em 31 de dezembro de 2017) foi reconhecido no resultado na rubrica "Receita líquida de vendas". Conforme disposto no artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a Administração poderá destinar para a reserva de incentivos fiscais parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimento, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

As reservas de incentivos fiscais foram constituídas até o ano de 2014 no montante de R\$117.619, sendo que as reservas dos anos de 2015 a 2019, totalizando o montante de R\$66.574, serão constituídas em anos subsequentes, quando a Companhia apurar lucros.

De acordo com a legislação, quando a parcela do lucro líquido decorrente de incentivos fiscais é destinada para a reserva de incentivos fiscais não há tributação de imposto de renda e contribuição social, a tributação somente é devida se esta parcela for distribuída como dividendos.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia não efetuou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, já que não apurou lucro nos exercícios.

Instrumento patrimonial - ações preferenciais sobre sociedades de propósito específico

As ações preferenciais das controladas Barra Grande Participações, Machadinho Participações e da Estreito Participações, possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício.
- Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos).
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação.
- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos.
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias.

Considerando todas essas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, Machadinho ou Estreito) adquirem características de instrumento patrimonial e instrumento financeiro, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, esses componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue:

- A contribuição inicial recebida em contrapartida da venda das ações preferenciais foi classificada como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos;

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

Instrumento patrimonial - ações preferenciais sobre sociedades de propósito específico--
Continuação

- Existem também cláusulas contratuais referente a opções de retorno de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos nas entidades que emitiram esses instrumentos em um período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais, nas condições estabelecidas nos contratos. Essas opções geram valores de perda ou ganho para a Companhia e foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e mensurados pelo seu justo valor na data de cada demonstração financeira.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foram pagos e/ou propostos dividendos aos minoritários relacionado à essas transações no montante de R\$73.908 e R\$68.302, respectivamente.

23. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(571.637)	(595.603)	(493.178)	(554.853)
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	194.356	202.505	167.681	188.650
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	3.959	15.118	-	-
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(7.644)	(5.919)	(6.494)	(5.852)
IR/CS corrente (auto de infração JCP 2009)	(12.542)	-	(12.542)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(194.942)	(220.329)	(194.949)	(220.329)
Diferença de alíquota (a)	-	-	23.733	23.424
Liminar judicial - exclusão de juros de mora e correção monetária (b)	19.114	(45.701)	19.114	(45.701)
Outros	3.569	5.161	3.566	5.142
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição Social	5.870	(49.165)	109	(54.666)
Correntes	6.572	(66.238)	811	(71.739)
Diferidos	(702)	17.073	(702)	17.073

(a) Refere-se a imposto de renda e contribuição social apurados pelo regime de lucro presumido das suas controladas Barra Grande, Machadinho e Estreito.

Refere-se a liminar judicial nº 0012852-21.2010.403.6100, que assegura a Companhia a não recolher o IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros, sobre receitas decorrentes da atualização monetária sobre a restituição de tributos pagos indevidamente ou a maior, e aos valores depositados judicialmente ou administrativamente. Em 2019, houve estorno de variação monetária ativa, devido ao deságio da alienação dos créditos relativos à exclusão do ICMS base PIS e COFINS, e reversão da parte controversa do crédito constituído em 2018, conforme mencionado na nota explicativa nº.27 (a).

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dos livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
No ativo:				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	69.045	68.745	69.045	68.745
Total - ativo	69.045	68.745	69.045	68.745
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	107.458	107.458	107.458	107.458
Avaliação da vida útil do imobilizado (b)	101.842	99.612	101.842	99.612
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	2.115	2.890	2.115	2.890
Capitalização de juros	12.993	14.179	12.993	14.179
Outras	5.743	5.010	5.743	5.010
Total - passivo	230.151	229.149	230.151	229.149
Total líquido classificado no passivo não circulante	161.106	160.404	161.106	160.404

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, considerando a expectativa da administração e de acordo com as premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa, a Companhia mantém impostos diferidos ativos registrados até o limite de realização, com base nas projeções futuras de lucro tributável, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.
- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto na legislação fiscal.

24. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				(reapresentado)
Venda de produtos	2.441.920	2.365.784	2.443.184	2.366.091
Serviços prestados	136.786	107.263	136.865	107.263
Impostos sobre vendas (*)	(660.040)	(638.834)	(673.408)	(652.052)
Abatimentos/descontos	(13.042)	(14.721)	(13.044)	(14.720)
Total	1.905.624	1.819.492	1.893.597	1.806.582

- (*) Na controladora, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Informações sobre a natureza de custos e despesas na demonstração do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
	(reapresentado)		(reapresentado)	
Depreciação e amortização	(234.936)	(220.646)	(257.973)	(244.777)
Amortização direito de uso em arrendamentos	(69.535)	-	(69.651)	-
Salários e benefícios a empregados	(260.213)	(270.487)	(260.815)	(271.431)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(528.030)	(529.231)	(502.834)	(504.602)
Despesas tributárias	(3.202)	(746)	(3.242)	(764)
Serviços de terceiros	(128.106)	(162.175)	(141.205)	(173.334)
Despesas com aluguel	(6.622)	(3.851)	(6.625)	(3.906)
Despesas com frete	(237.613)	(242.948)	(237.649)	(242.975)
Despesas com manutenção	(87.279)	(98.715)	(87.707)	(99.012)
Despesas com combustível	(321.704)	(282.098)	(324.058)	(283.504)
Despesas com eletricidade (h)	(237.164)	(276.745)	(114.394)	(158.235)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	(3.108)	(9.705)	(3.141)	(9.761)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (a)	41.199	25.648	41.199	25.648
Baixa de ativo imobilizado (e)	(92.140)	(12.915)	(92.140)	(12.937)
Ajuste ao valor de realização do imobilizado (b)	39.863	(154.296)	39.863	(154.296)
Provisão para desmobilização/alienação de fábricas (c)	-	(28.962)	-	(28.962)
Provisão e reversão para perdas de estoques (g)	(22.810)	(61.182)	(22.810)	(61.182)
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (d)	(51.159)	134.642	(51.159)	134.642
Recuperação de impostos	44.059	24.059	44.059	24.060
Provisão para perda de crédito esperada	(1.808)	(6.259)	(1.808)	(6.259)
Gastos Gerais de Fabricação	(33.159)	(48.875)	(33.588)	(48.975)
Despesas Administrativas e Comerciais Gerais	(21.228)	(22.339)	(24.229)	(25.070)
Outras receitas (despesas) (f)	20.744	23.549	19.800	23.635
Total	(2.193.951)	(2.224.277)	(2.090.107)	(2.121.997)
Custo das vendas e dos serviços	(1.997.344)	(2.041.455)	(1.885.865)	(1.932.923)
Despesas administrativas e comerciais	(196.068)	(184.842)	(202.722)	(191.105)
Outras receitas (despesas) operacionais	(539)	2.020	(1.520)	2.031
Total	(2.193.951)	(2.224.277)	(2.090.107)	(2.121.997)

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base em sua função. Foram abertas novas rubricas e efetuadas reclassificações para melhor apresentação e entendimento.

As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

- (a) Em 2019, refere-se substancialmente a venda de um terreno, no montante de R\$22.800 à empresa A.Y.U.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (parte relacionada) além de equipamentos diversos que não estavam em operação.
Em 2018, refere-se substancialmente a venda de terrenos, no montante de R\$6.300 e lotes de betoneiras, no montante de R\$9.800.
- (b) Refere-se ao ajuste ao valor de realização do imobilizado, conforme mencionado na nota explicativa nº 11. (i) e (j).
- (c) Em 2018, a Companhia reconheceu provisão para obrigações contratuais relacionadas a projetos e unidades paralisadas temporariamente devido ao cenário econômico e ao mercado de cimento no Brasil, conforme mencionado na nota explicativa nº 11. (b) no montante de R\$28.962.
- (d) Refere-se a constituição do crédito tributário relativo a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS descrito na nota explicativa nº 8. (a) e (b).
- (e) Refere-se substancialmente a baixa de ativos da unidade de Cubatão, conforme mencionado na nota explicativa nº.11(k).
- (f) Em 2019, refere-se substancialmente crédito de atualização de empréstimo compulsório de energia elétrica - Eletrobrás no montante de R\$21.549.
- (g) Refere-se a provisões para perdas de estoques, conforme mencionada na nota explicativa nº.7 (e) e (f).
- (h) Na controladora, contempla aquisição de energia elétrica de suas controladas, Barra Grande Participações, Estreito Participações e Machadinho Participações. No consolidado, contempla os custos com eletricidade da InterCement Brasil (com eliminação da energia adquirida das controladas citadas anteriormente), da controlada Comican e da controlada em conjunto Baesa.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
				(reapresentado)
Variação cambial:	(5.019)	(97.768)	(5.019)	(97.896)
Receitas financeiras:				
Variação monetária	1.458	6.179	2.323	6.953
Atualização monetária (exclusão ICMS base PIS/COFINS) (a)	33.841	119.780	33.841	119.780
Rendimento financeiro	9.226	6.593	9.894	7.121
Juros ativos	3.138	3.069	3.149	3.081
Instrumentos financeiros derivativos (b)	3.033	-	3.033	-
PIS e COFINS	269	(6.230)	209	(6.282)
Outras receitas	2.246	2.398	2.078	2.239
Total	53.211	131.789	54.527	132.892
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(15.531)	(9.318)	(18.391)	(14.012)
Atualização monetária (exclusão ICMS base PIS/COFINS) (a)	(94.314)	-	(94.314)	-
AVP sobre passivos de arrendamentos (nota 13)	(46.534)	-	(46.544)	-
Despesa com juros e encargos (d)	(145.107)	(212.117)	(145.111)	(212.306)
Despesa de multas	(9.049)	(4.617)	(9.228)	(4.778)
Instrumentos financeiros derivativos (b)	-	(12.975)	-	(12.975)
Despesas bancárias	(11.458)	(18.299)	(11.511)	(18.300)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(4.362)	(1.348)	(4.362)	(1.348)
Outras despesas	(16.792)	(10.628)	(16.715)	(10.715)
Total	(343.147)	(269.302)	(346.176)	(274.434)

(a) Em 2019, refere-se ao deságio proveniente da alienação dos créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS constituído em 2018, e também da provisão para perda da parte controversa deste mesmo crédito, totalizando no montante de R\$ 94.314. A Companhia também, reconheceu variação monetária no montante de R\$33.841 relativa aos créditos tributários em decorrência do trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, conforme mencionado na nota explicativa nº 8(a) e (b).

Em 2018, refere-se à atualização monetária, proveniente de decisão favorável em processo judicial, referente a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS de junho de 2005 a fevereiro de 2013 (processo com decisão de trânsito em julgado).

(b) Ganhos e perdas reconhecidos sobre instrumentos financeiros derivativos mencionados na nota explicativa nº 30.4.

(c) Refere-se substancialmente, as flutuações nas taxas de câmbio, dos empréstimos de mútuos atrelados à moeda estrangeira.

(d) Refere-se substancialmente a juros sobre empréstimos e debêntures, nos montantes de R\$138.857 em 2019 (R\$170.352 em 2018).

27. Compromissos

a) Contratos de compra

A Companhia possui acordo contratual para aquisição de escória bruta, com vigência até 2021 e correção anual pelo CBIC, e compra de energia elétrica com vigência até 2024, cuja estimativa de desembolso total, em valores nominais, é conforme segue:

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Compromissos--Continuação

a) Contratos de compra--Continuação

	2019			2018		
	Energia	Escória	Total	Energia	Escória	Total
2019	-	-	-	107.780	32.636	140.417
2020	126.017	22.246	148.263	127.726	32.636	160.363
2021	123.702	1.854	125.555	125.379	2.720	128.099
2022	124.277	-	124.277	125.963	-	125.963
Após 2022	201.228	-	201.228	203.956	-	203.956
Total	575.224	24.100	599.323	690.804	67.992	758.796

28. Resultado por ação

A seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os valores utilizados para calcular o prejuízo líquido por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018 (reapresentado)
Numerador básico e diluído-		
Alocação do prejuízo do exercício para os acionistas	(565.767)	(644.768)
Denominador básico e diluído-		
Média ponderada de ações	1.880.729.131	864.910.964
Prejuízo básico/diluído por ação ON (em reais)	(0,30)	(0,75)

29. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	2019
Responsabilidade Civil	R\$66.563
Responsabilidade Operacional	R\$665.634

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

30. Avais e fianças

A Companhia é garantidora para os seguintes empréstimos captados por suas controladoras e controladas:

- Ao Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 17 de fevereiro de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €460 milhões, equivalentes a R\$1.040.535. Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de €197 milhões, equivalentes a R\$894.122, destinado a usos corporativos gerais.
- Ao Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria e o IBBA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US\$750 milhões, equivalentes a R\$1.281.600. Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de US\$225 milhões, equivalentes a R\$908.343, destinado a usos corporativos gerais.
- A investidores, em 17 de julho de 2014, em decorrência da emissão de Senior Notes 2024 pela empresa do Grupo InterCement, InterCement Financial Operations BV, no montante de US\$750 milhões, equivalentes a R\$1.680.225. Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de US\$551 milhões, equivalentes a R\$2.221.673, destinado ao pré-pagamento de dívidas e a usos corporativos gerais.
- Ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.- BBVA, em 31 de outubro de 2018, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora InterCement Trading e Inversiones S.A. e o BBVA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €22 milhões, equivalentes a R\$99.671. Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de €19 milhões, equivalentes a R\$87.212, destinado a usos corporativos gerais.
- Ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.- BBVA, em 19 de fevereiro de 2019, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora InterCement Trading e Inversiones S.A. e o BBVA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €15 milhões, equivalentes a R\$67.958. Em 31 de dezembro de 2019, o montante é de €10 milhões, equivalentes a R\$45.305, destinado a usos corporativos gerais.

Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (FINAME) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no montante de R\$18.556.

A Companhia recebeu garantias para os seguintes financiamentos:

- Os destinados à implantação da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE) estão garantidos por penhor de direitos emergentes da concessão e fiança da Mover Participações S.A.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, financiamentos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

31.1. Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos deduzidos por caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras).

31.2. Administração dos riscos financeiros

A Diretoria de Tesouraria Corporativa do Grupo gerencia os riscos financeiros para as subsidiárias integrais, coordenando o acesso aos mercados domésticos e estrangeiros e monitorando e administrando os riscos relacionados às operações, por meio de relatórios internos por grau e relevância, tais como riscos de moeda, taxa de juros, preços, crédito e de liquidez.

31.3. Categorias de instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

31.3. Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

Nível 3--Continuação

As categorias dos instrumentos financeiros e níveis de hierarquia são como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2019	2018	2019	2018
<u>Ativos financeiros</u>					
Custo amortizado:					
Contas a receber de clientes (nível 2)	06	93.912	89.543	93.659	89.025
Partes relacionadas (nível 2)	17	3.300	4.300	3.400	4.400
Valor justo por meio do resultado:					
Caixa e equivalentes de caixa (nível 2)	04	337.310	147.908	374.779	158.562
Títulos e valores mobiliários (nível 2)	05	5.550	4.550	6.504	5.935
Instrumentos financeiros derivativos (nível 3)	31.4	16.612	14.926	16.612	14.926
<u>Passivos financeiros</u>					
Custo amortizado					
Debêntures (nível 2)	13	1.691.032	1.942.652	1.691.032	1.942.652
Empréstimos e financiamentos (nível 2)	12	268.487	280.976	268.487	280.976
Fornecedores (nível 2)	14	218.605	361.496	206.877	323.119
Partes relacionadas (nível 2)	17	46.890	54.910	46.890	54.910
Valor justo por meio do resultado:					
Instrumentos financeiros derivativos (nível 3)	31.4	-	1.346	-	1.346

31.4. Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano e euros, e seus resultados podem ser afetados pela variação das taxas de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	832	424	832	473
Contas a receber	1.174	49	1.174	49
Outros créditos - Partes relacionadas	3.852	8.290	3.852	8.290
Ativo exposto	5.858	8.763	5.858	8.812
Passivo:				
Mútuo com partes relacionadas	46.890	54.910	46.890	54.910
Fornecedores no exterior	6.592	131.805	6.592	131.805
Passivo exposto	53.482	186.715	53.482	186.715

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

31.4. Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Derivativos

Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado:

Operação	Controladora				Consolidado			
	2019				2019			
	Valor de mercado				Valor de mercado			
	Valor nacional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito líquido (a)	Valor nacional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito líquido
"Put options"	-	16.612	-	3.033	-	16.612	-	3.033
Total	-	16.612	-	3.033	-	16.612	-	3.033

Operação	Controladora				Consolidado			
	2018				2018			
	Valor de mercado				Valor de mercado			
	Valor nacional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito líquido (a)	Valor nacional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito líquido
"Put options"	-	14.926	1.346	(12.975)	-	14.926	1.346	(12.975)
Total	-	14.926	1.346	(12.975)	-	-	-	(12.975)

(a) Registrado em receitas/despesas financeiras.

31.5. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, do CDI, da Libor, do IPCA e da TJLP nos empréstimos e nas debêntures.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

e	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo:				
CDI	337.310	147.908	147.908	158.666
Total do ativo	337.310	147.908	147.908	158.666
Passivo:				
IGP-M	-	-	28.683	29.025
CDI	1.893.699	2.145.868	1.893.699	2.145.868
Libor	-	4.341	-	4.341
Euribor	46.890	44.587	46.890	44.587
Total do passivo	1.940.589	2.194.796	1.969.272	2.223.821

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Instrumentos financeiros--Continuação

31.6. Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

31.7. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e daqueles expostos a variações do IGP-M, do CDI e da TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
<u>Exposição ao risco cambial</u>							
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	Valorização do real	13	10	7	13	10	7
Contas a receber de clientes	Valorização do real	19	14	9	19	14	9
Outros créditos	Valorização do real	132	99	66	132	99	66
Passivo:							
Mútuo com partes relacionadas	Desvalorização do real	1.607	2.009	2.410	1.607	2.009	2.410
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	107	133	160	107	133	160
<u>Exposição a índices variáveis</u>							
Aplicações financeiras:							
CDI	Queda do índice	15.078	11.308	7.539	16.801	12.601	8.400
Empréstimos e debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	-	-	-	59	73	88
CDI	Aumento do índice	84.648	105.810	126.973	84.648	105.810	126.973
Euribor	Aumento do índice	(101)	(126)	(151)	(101)	(126)	(151)

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das referidas operações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Capitalização de juros	-	384	-	384
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	-	6.333	-	6.333
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	6.058	13.956	6.058	13.956
Aumento de capital mediante integralização de créditos dos acionistas	-	1.116.255	-	1.116.255

33. Eventos Subsequentes

Debêntures

Em novembro de 2019, a Administração concordou com os debenturistas em estender a amortização R\$250.000 que era devida em 21 de novembro de 2019 para 21 de janeiro de 2020.

Em 17 de janeiro de 2020, a amortização foi novamente prorrogada até 16 de abril de 2020. As extensões fazem parte do programa de refinanciamento da dívida que a Administração está elaborando com os principais financiadores da Companhia (Nota 1).

Coronavírus

No início de 2020, um novo vírus (coronavírus) se espalhou pelo mundo, resultando em várias ações tomadas por diferentes países para conter a disseminação do vírus. Tais ações incluem, entre outras, restrições de aglomeração de pessoas e viagens. O Brasil está entre os países que houve casos diagnosticados do coronavírus, que está trazendo uma severa volatilidade no mercado brasileiro e gerando incertezas sobre o Produto Interno Bruto ("PIB) em 2020.

A Administração está monitorando continuamente qualquer possível impacto nos negócios da InterCement Brasil devido ao novo coronavírus. Na data de emissão das demonstrações financeiras, com base em nossas avaliações internas e alertas das autoridades no Brasil, não era necessário suspender ou reduzir a operação em qualquer região e não está claro o impacto na demanda, se houver.

34. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 20 de março de 2020 a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.